

## A “Terra da Luz” tem preto, sim!

Um relato da experiência antirracista do portal  
*Ceará Criolo* como ponto de inflexão jornalística

Bruno de Castro Brito<sup>1</sup>

### Resumo

Este ensaio retrata o surgimento e como atua o *Ceará Criolo*, primeiro portal de jornalismo negro profissional de um território — o Ceará — que reivindica o título de pioneiro na abolição da escravatura no Brasil. Em relato pessoal em primeira pessoa, são reveladas as condições sociopolíticas de atuação desta mídia negra no amadurecimento entre o alcance do veículo e o letramento racial dos/as membros/as. O testemunho mostra como a iniciativa sempre esteve ligada a teorias raciais e de comunicação, mesmo tendo surgido do incômodo empírico de cinco jovens, alguns deles com pouca consciência racial. E o quão urgente é surgir a partir daí novo jeito menos desumanizador e mais emancipatório de fazer jornalismo. Invisibilizada, a interseção dessas correntes do pensamento — raça e comunicação — é aqui trazida para abrir uma fissura necessária no debate sobre a informação que temos produzido.

Palavras-chave: Antirracismo. Jornalismo. *Ceará Criolo*.

### Yes, there are black people in the “Land of the Light”!

A report about the anti-racist experience of  
*Ceará Criolo*'s website as a journalistic turning point

### Abstract

This report intends to reveal how *Ceará Criolo* aired and how it works as the first black journalism website in the Brazilian territory that claims the title of pioneer in the abolition of slavery in the country. In a self-narrative, this article reveals the sociopolitical conditions of action of this black media in the improvement process of the website itself and the racial literacy of the journalists who were made part of it. This writing shows the website has always been linked to racial and communication theories even though it arose from the empirical nuisance of five young people with no racial readings. And how urgent it is to emerge from there a new way of doing journalism. The intersection of these currents of thought — race and communication — is here to open a necessary fissure in the debate about the information we have been producing.

Word keys: Antiracism. Journalism. *Ceará Criolo*.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Antropologia pela UFC e pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Especialista em Comunicação e Jornalismo Político pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Graduado em Comunicação com habilitação em Jornalismo pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF). Membro do Grupo de Pesquisa Práxis no Jornalismo (PráxisJor). Finalista do Prêmio Jabuti de Literatura (2020). Cofundador do portal/coletivo *Ceará Criolo*. E-mail: [bruno.castro.jornalismo@gmail.com](mailto:bruno.castro.jornalismo@gmail.com).

## Introdução

Nos marcos históricos do Brasil, o Ceará ocupa lugar de suposta primeira província na qual negras escravizadas e negros escravizados conquistaram a liberdade. Por isso, é chamado de “Terra da Luz”. Este pioneirismo abolicionista, porém, não se refletiu — como ainda não reflete a constituição de uma imprensa mais equânime quanto ao perfil racial de jornalistas. Ao contrário de territórios como São Paulo e Rio de Janeiro, onde as mídias negras de expressão nacional concentram-se e são facilmente localizadas por buscadores de internet, a imprensa negra cearense tem poucos registros de existência. Quando muito, há relatos do jornal *Malemba*, uma iniciativa de jovens universitários/as negros/as na década de 1990, como tive a oportunidade de fazê-lo (BRITO, 2022)<sup>2</sup>. Desde 1833, então, quando o primeiro impresso negro foi publicado no país (*O Homem de Côr*)<sup>3</sup>, é no Sudeste que se sediam as mais exitosas e longevas iniciativas do tipo (PINTO, 2010)<sup>4</sup>.

Na terra que celebra ser “da luz” em alusão à liberdade negra, além da quase inexistência histórica de mídias negras, ainda é branca a hegemonia de quem faz a imprensa. As organizações Jornalistas e Cia denunciam que, apesar dos inúmeros direitos conquistados pela população negra desde o fim do sistema escravagista, apenas 20,1% dos/as jornalistas brasileiros/as em atividade são negros/as<sup>5</sup>. É isso reflexo das restrições impostas, inclusive constitucionalmente, à escolarização de pessoas negras. Mas não só. É também a constatação do quão alijado foi o povo negro de estar em espaços de poder pelo fato de a formação do Brasil ter o racismo como elemento fundante (SANTOS, 2022).

Associadas às narrativas de o Ceará ter tido número irrisório de negros escravizados (daí o pioneirismo abolicionista) ou mesmo de sequer ter tido negros nesta

<sup>2</sup> Estudo elaborado para obtenção de grau de mestre em Antropologia. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/70776>. Acesso em: 28 jun. 2023.

<sup>3</sup> Publicado 25 anos após a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Tinha periodicidade quinzenal e teve apenas cinco números, sendo chamado de *O Mulato* a partir da terceira edição. Criado pelo jornalista Francisco de Paula Brito, era editado no anonimato. De acordo com Pinto (2010), as reportagens denunciavam a discriminação racial e eram escritas por negros livres.

<sup>4</sup> As duas maiores mídias negras brasileiras hoje têm sede em São Paulo: o *Mundo Negro*, primeiro do Brasil, em operação desde 2001, e a *Alma Preta Jornalismo*, no ar desde 2015.

<sup>5</sup> O Perfil Racial da Imprensa Brasileiras diz que 77,6% são brancos, 2,1% dos jornalistas são amarelos e apenas 0,2% são indígenas. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/confira-o-perfil-racial-da-imprensa-brasileira/>. Acesso em: 22 abr. 2023. Dados do Ceará ainda estão sendo depurados para uma pesquisa a partir deste perfil para identificar precisamente a representatividade negra local. O estado tem, no entanto, segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica Aplicada (Ipece), 72,5% da população autodeclarada preta ou parda. Isso é cerca de 20 pontos percentuais a mais de negros e negros do que a média nacional (de 54%).

condição, ambas mitos (FERREIRA, 2020), essas questões expõem o quão desconsiderada é a capacidade de produção intelectual de negros/as. Mesmo o viés educador dos movimentos sociais, aqui notadamente dos movimentos negros (GOMES, 2017), dos quais derivam ou estão ligadas politicamente diversas mídias negras, e é forte traço da função social do jornalismo, nem isso é atribuído à imprensa negra, que segue ignorada nas matrizes curriculares dos cursos de Comunicação/Jornalismo. Ou figura por predileção pessoal de professores simpáticos ao tema, como ocorre na Universidade Federal do Ceará (UFC), com a disciplina *Comunicação e Decolonialidade*, ministrada pelo professor doutor Edgard Patrício na graduação e pós-graduação enquanto optativa e em periodicidade associada à demanda e à disponibilidade do docente.

É ainda possível cursar módulos em áreas nas quais o debate racial esteja mais consolidado, como Antropologia e Sociologia, que, na UFC e na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), para citar espaços dos quais fiz ou faço parte, ofertam disciplinas obrigatórias e optativas sobre racismo, branquitude e questões das populações afro-brasileiras. Mesmo não tratando diretamente da atuação de mídias negras, essas áreas do conhecimento fornecem ferramentas para o acesso a informações sobre as plataformas e os movimentos que as originaram. Enquanto terminologias das Ciências Sociais têm consistente produção científica sobre racismo e decolonialidade, a Comunicação dispõe de apenas de cinco dos 209 grupos de pesquisa que estudam o assunto no Brasil com registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nenhum deles no Ceará.

Tudo isso se impõe como fenômeno sobre o qual considero importante o debate. Por duas razões principais. Explico. Primeiro para compreendermos os contextos sociopolíticos de atuação das mídias negras, que não existem “só” para denunciar casos de racismo, no sentido restrito da concepção do termo. Existem também por questões políticas, partidárias, editoriais, representativas etc. Segundo: para contribuirmos com a construção de um olhar holístico — e honesto — da historiografia jornalística, insistentemente abreviada aos periódicos tradicionais, comandados por uma elite branca, ou ao protagonismo de um homem branco pela chegada da televisão ao país, em 1950, transformando essas duas questões em epítomes, quase dogmas, que invisibilizam a existência e a influência das mídias negras à formação do Brasil, como de fato deveria ser o patamar a elas atribuído.

## De Sarará Ao Siará

Sem mídias negras de expressão e historicamente negando a própria descendência negra<sup>6</sup>, o Ceará ganha a primeira mídia negra profissional (ou seja, composta apenas por comunicólogas/os) em 2018. Acompanhado de três publicitárias negras (Jéssica Carneiro, Rayana Vasconcelos e Tatiana Lima) e um jornalista branco (Rafael Ayala) com experiência em empresas hegemônicas, participei, enquanto jornalista negro, da criação do portal de notícias *Ceará Criolo*<sup>7</sup>. E testemunhei a transformação de um desprezioso projeto de término de curso em um marco importante para o ecossistema da comunicação cearense.

Era agosto daquele 2018 e nós participávamos do curso *Comunicação e Igualdade Racial*, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce). Ao fim dos quase cinco meses de capacitações semanais, nosso compromisso era o de entregar um produto para promoção da igualdade racial. Analisamos, nós mesmos, nossos perfis profissionais e concluímos que tínhamos expertises distintas complementares: Jéssica dominava programação de websites; Rayana lidava com criação; Tatiana era diretora de arte; Rafael, assessor de comunicação; e eu tinha dez anos de experiência como repórter de redações de jornais e portais.

Diante dessa diversidade de saberes, propus nosso produto ser algo que dialogasse com a rotina produtiva de cada um. Assim, teríamos mais condições de entregar algo de qualidade dentro do prazo exíguo do qual dispúnhamos. Somente três semanas separaram o fim das aulas e da entrega do projeto. Surgiu daí a proposta de um portal alimentado por um coletivo de maioria negra, que publicasse notícias sobre pessoas negras, com textos produzidos para um público prioritário também negro e numa perspectiva positiva, na qual o protagonismo seja negro, não haja exploração de arquétipos pejorativos nem a publicação de notícias de caráter policialesco, pois reforçam estereótipos. A ideia era fazer isso considerando o caráter de utilidade pública dos textos e a prestação de serviço em um espaço digital cuja capilaridade é maior do que uma mídia impressa e a dinâmica dialoga com a relevância desse meio para o consumo contemporâneo de notícias, bem como nele dá-se forte disputa de narrativas racistas e antirracistas.

<sup>6</sup> Inclusive com grandes empresas de comunicação disseminando a ideia de a origem do cearense ser nórdica (e não congo-angolana, de África, como provam registros históricos).

<sup>7</sup> Portal foi lançado em 23 de outubro de 2018 e pode ser acessado no endereço: [www.cearacriolo.com.br](http://www.cearacriolo.com.br).

Não fazíamos ideia, dado nosso pouco letramento racial, mas o projeto germinava já fundamentado em três conceitos elementares: o da *hermenêutica negra* (MOREIRA, 2019) — ou seja: a perspectiva da pessoa negra como central para o processo de interpretação dos fatos e elaboração, inclusive escrita, a partir deles —; e outros dois sobre o que vem a ser a imprensa negra, a partir do que Pinto (2010, p. 19-20) diz serem “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse da população negra” e o que Araújo (2021) classifica de “meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais”.

Definir o nome do portal foi o desafio seguinte. A sugestão veio de Tatiana Lima, que cantarolou “sarári criolo”<sup>8</sup> e demonstrou o quão próxima aquela pronúncia estava de “*Ceará Criolo*” (na verdade, de “sarári criolo”, considerando a oralidade da cultura negroafricana, e aproximando a proposta da nossa geografia, já que “Siará”<sup>9</sup> foi o nome originário do hoje Ceará). De pronto, captamos a chance de unir essa perspectiva ancestral com a escrita contemporânea do nosso lugar de origem e a ressignificação do “criolo”, um termo enervado de racismo na nossa cultura por ser utilizado de forma pejorativa para referir-se a pessoas de pele escura (para outras culturas, e descobrimos isso depois, nada tinha de negativo).

Consensuamos que o *Ceará Criolo* seria um espaço de desconstrução do discurso estereotipado que as empresas de comunicação propagam sobre as pessoas negras serem violentas, viris, resistentes, incapazes intelectualmente, pobres etc. Nosso intuito era criar uma plataforma que agregasse ao combate à desigualdade racial midiática flagrante entre brancos e negros (SANTOS, 2019), ecossistema esse do qual, em decorrência do curso do Sindjorce, enfim nos demos conta de que éramos integrantes, pois estávamos todas e todos no mercado, em plena atividade, mas não nos furtávamos de enxergar o racismo por ele perpetuado. Podíamos não dispor, como não dispúnhamos, das ferramentas para nominar a estrutura que nos acossava — e, em paralelo, Fanon (2020, p. 31) nos ensinava que “falar é absolutamente existir para o outro”. Essa inquietude nos fez, então, elaborar:

Na contramão do discurso excludente e enervado de clichês da mídia tradicional, o portal *Ceará Criolo* garante à população negra um espaço qualificado de afirmação, visibilidade, debate honesto e inclusivo e de

<sup>8</sup> Referência à canção *Olhos coloridos*, de Seu Jorge e imortalizada por Sandra de Sá.

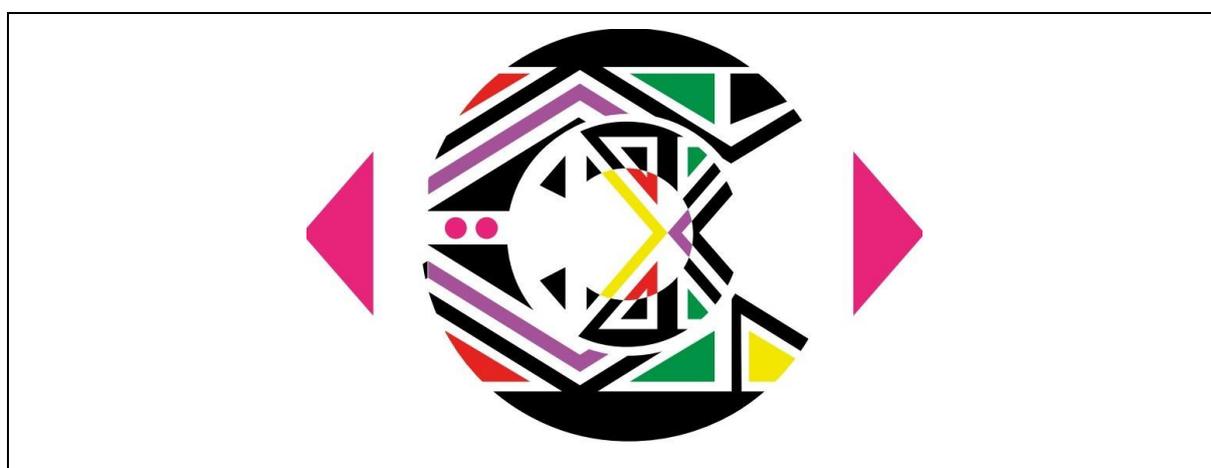
<sup>9</sup> Siará é termo indígena e significa “canto da jandaia”, espécie de papagaio cearense.

identificação. Um lugar de comunicação socialmente inclusiva, afetivamente sustentável e moralmente viável. Porque negros são seres humanos possíveis e ancestrais. E, por isso, queremos nos reconhecer no passado, no presente e no futuro! [Ceará Criolo, 2018, seção “Sobre Nós”].

Partindo dessas premissas, concluímos que o slogan seria “...comunicação ancestral com vista para o futuro\_”. Diante do nosso desejo de usar a comunicação como indutora de dias melhores para o nosso povo, optamos pelo afrofuturismo enquanto referência estética e política do logotipo (Figura 1) e da logomarca (Figura 2). As duas peças foram produzidas por Rayana Vasconcelos e aprovadas pelo grupo por unanimidade, sem ressalvas.



**Figura 1:** Logotipo do portal Ceará Criolo, desenvolvido por Rayana Vasconcelos (2018)



**Figura 2:** Logomarca do portal Ceará Criolo, desenvolvido por Rayana Vasconcelos (2018)

### Prática Ubuntu x Organograma Ocidental

A horizontalidade, como premissa da filosofia Ubuntu, o “sou porque nós somos” que viralizou na cultura ocidental, a interligação de todos os seres do planeta, foi também axioma criativo do CC, como passamos a chamar o portal. Para não repetirmos a fórmula da verticalização das empresas jornalísticas (na qual o chefe manda, o repórter obedece e muito do processo criativo se perde neste íterim), só tomávamos decisões em coletivo.

Por mais que a execução das tarefas fosse individual, a deliberação em grupo era importante para os assuntos abordados serem tão diversos quanto diversa é a população negra. “Afim, nós, negros, não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis” (GONZALEZ, 2022, P. 25) e, enquanto CC, não queríamos reproduzir o perigo de uma história única (ADICHIE, 2019), aquela que nos contam sobre ser nosso povo uma raça inferior ante à ideologia racista de uma supremacia branca. Assim, o olhar de um complementava o do outro; a perspectiva de ilustração de uma ajudava na escrita da outra. O que não significava, entretanto, a não existência de um fluxo produtivo.

Desde o primeiro momento, em concomitância com a escolha do nome do portal, funções foram estabelecidas em conformidade com as expertises de cada um(a). Por serem publicitárias, Jéssica, Rayana e Tatiana responsabilizariam-se pela criação de ilustrações, infográficos e outros materiais visuais porventura necessários. Única a ter conhecimentos de programação web, Jéssica assumiu também a responsabilidade de reparar eventuais intercorrências. As funções de editor e repórter couberam a mim e a Rafael, com as tarefas de buscar pautas e escrevê-las (ou seja: a produção de caráter estritamente jornalístico, fosse ela *hard news* ou reportagens de fôlego, séries etc.) sempre — e obrigatoriamente — atrelando critérios de noticiabilidade (factualidade, relevância, notoriedade, fato inesperado, notabilidade e proximidade) ao protagonismo negro e afastando-se do tom denunciante e policialesco. Todas as demais postagens seriam artigos de cunho opinativo, escritos por quaisquer integrantes e editadas por mim, dada minha experiência em escrita e edição ser a maior do quinteto.

O indicativo principal era, de comum acordo: tudo, sem exceção, seria submetido à minha edição/revisão, como tentativa de garantir tanto uniformidade editorial quanto padrão de qualidade textual ao que seria oferecido ao leitor. Afim, éramos um coletivo adepto da boa técnica de escrita por defendermos o jornalismo profissional e diplomado. Quando o material era de minha autoria, Rafael Ayala assumia a editoria. No portal,

porém, o usuário acessaria somente a versão final, assinada pelo(a) autor(a), sem a revelação do editor.

Faço questão de destacar a existência desta rotina produtiva para dizer que: apesar dela e mesmo sendo ela semelhante ao que ocorre nas redações dos grandes jornais, não existia hierarquia entre nós. Palavra de ninguém era prevalente. Havia circularidade. As pautas eram discutidas e tinham, muitas vezes, a publicação adiada pela necessidade de maturação das palavras e perspectivas.

Nós divergíamos mesmo sendo comunicólogas(os) compromissadas(os) com outro fazer jornalístico; um jornalismo capaz não de aprisionar mas de emancipar sujeitos, já que “a cultura da opressão”, na qual todos estamos inseridos, “é produto da Ação Direta do Capital” (OLIVEIRA, 2017, p. 183). Apesar de o que defendíamos ser um jornalismo dado às subjetividades, cuja pauta era arma de combate ou “uma tecnologia à disposição de um agir” (MORAES, 2022, p. 10), nossos prismas eram distintos. E isso era ótimo! Suscitava discussões; nos fazia buscar conceitos e conhecer argumentos para além dos nossos, o que invariavelmente melhorava a escrita e o produto final.

46

### **Expectativas, Fases e Periodicidades**

Os elementos oferecidos pelo curso do Sindjorce nos permitiram perceber o quão difícil seria manter um portal negro e antirracista no Ceará, pelo contexto social e político aqui já exposto de negação e invisibilização das pessoas negras. Talvez por isso nenhum de nós projetou uma sobrevivência a longo prazo para o projeto e viu nele “apenas” o desfecho de uma formação. Pensávamos, *todes*, que seria uma experiência de semanas. Um mês, no máximo. Quando o endereço foi ao ar, percebemos, de imediato, que o terreno no qual havíamos pisado era nobre demais para abandonarmos, tamanha foi a positividade de um retorno imediato que furou as nossas bolhas.

Decidimos, então, manter o portal mesmo após o curso, especialmente depois de o CC ter sido eleito o melhor produto de comunicação do Ceará para promoção da igualdade racial de 2018. Concedido pelo Sindjorce em 20 de novembro daquele ano, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra<sup>10</sup>, o prêmio pavimentou o caminho para outros e mostrou um nicho de mercado inimaginável (pelo menos no tocante ao público leitor,

<sup>10</sup> Concebida em 1971, data foi instituída por força de lei só em 2011. Faz referência ao maior líder negro da história brasileira e visa enaltecer a importância do povo negro.

porque para nós, assim como para todas as mídias negras da história deste país, tornar esse tipo de jornalismo um modelo de negócio sustentável é não só um desafio como torna-se o fiel da balança para essas iniciativas definharem e deixarem de existir).

Logo, descobrimos que o estudo *Mapeamento da Mídia Negra do Brasil*, do Fórum Permanente pela Igualdade Racial<sup>11</sup>, apontava o CC como o único portal negro e antirracista criado no Ceará em 2018. E que, além do nosso projeto, apenas mais uma iniciativa havia sido localizada no Estado. Tratava-se do *Blog Negro Nicolau*, em operação desde 2011, com incidência no Cariri cearense e mantido por um professor. Sem caráter de jornalismo profissional, portanto, embora cumpra importante papel para a região.

Saber, por exemplo, que o marco de nascimento do *Ceará Criolo* foi o ano no qual o Brasil mais registrou surgimento de mídias negras desde 1965, no total de 15, e nenhum outro veículo fazia no nosso Estado o que nos propúnhamos, consolidou o desejo não só de dar continuidade às publicações como de ampliar nossa presença digital. Então, a despeito do notório saber da prevalência dos discursos de ódio na internet, caracterizados por manifestações para “humilhar uma pessoa ou grupo social em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe” (TRINDADE, 2022, p. 17), nós levamos o *Ceará Criolo* às principais redes sociais.

Isso alavancou ainda mais o alcance das publicações, que já de início nos levaram a 25 mil acessos mensais no portal e, um ano e meio depois, a partir de 2021, sem patrocínio de posts e apenas com o uso de novas ferramentas de produção de conteúdo dentro do painel de controle do próprio portal, ultrapassou os 65 mil acessos mensais. Além do mais, isso reforçou nosso perfil de produtores do que Borges (2019) chama de *etnocomunicação*, por compreendermos nossa perspectiva negra como cada vez mais a espinha dorsal de toda as etapas da produção noticiosa, e, assim, analisarmos da melhor forma o modo como o usuário se comporta com o que oferecíamos, tendo na raça a determinante primordial.

Assim, divido a produtividade do portal *Ceará Criolo* em três períodos: um de cunho mais opinativo e adepto ao *hard news*, no primeiro ano de atuação, como forma de demarcação de lugar no debate sobre raça e demonstração de “para que viemos”; outro de grandes reportagens e entrevistas, com vasta produção autoral, entre o fim de 2019 e

<sup>11</sup> Disponível em: <http://fopir.org.br/fopir-lanca-mapeamento-da-midia-negra-no-brasil/3091>. Acesso em: 22 abr. 2023.

o começo de 2021; e um terceiro momento, que se estende ao tempo presente, no qual o CC tem outra configuração (sobre a qual discorro adiante) e oferece ao usuário um híbrido de notícias próprias e aproveitamento de releases enviados por assessorias de imprensa, relação essa construída ao longo dos anos — fruto também da mudança, a princípio, latente e, depois, explícita no perfil do leitor, que deixou de ser de maioria nordestina, sobretudo de Fortaleza, e passou a ser predominantemente de São Paulo (SP).

Independente do período em questão, porém, o intuito era manter o portal atualizado numa periodicidade que variava entre diária e semanal, a depender de nossas demandas fora do coletivo. Porque ninguém se dedicava somente ao CC e o trabalho era voluntário. Era isso ou o projeto morrer, visto que por quase três anos o projeto não foi monetizado devido a divergências internas sobre o assunto.

Então, como dizíamos, “cada um tinha seu corre” — configuração essa que constatei na minha pesquisa de mestrado ser comum entre quem faz parte de mídia negra no Brasil (BRITO, 2022). Diante das tantas incertezas desta imprensa (financeiras, principalmente), era quase regra (senão totalidade) o/a jornalista ter um emprego comercial e colaborar com o projeto em paralelo, em jornadas duplas (ou até mesmo triplas) não remuneradas. Atestei que são diversas as razões pelas quais estas pessoas produziam para estas plataformas: havia quem queria combater o racismo, mas também quem agia pela convicção política de ser “de esquerda”. Ou por entender aquilo como militância. Ou por não se identificar com a mídia tradicional, sentindo-se nela (e por ela) violentado(a) ou mesmo cúmplice de uma necropolítica (MBEMBE, 2018) da qual via a si própria/o, negra/o, como vítima etc.

### **Linha Editorial, Referências Pessoais e Produção Seriada**

Alimentar o portal, mesmo que, de início, com conteúdos somente para efeito de conclusão do curso do Sindjorce, nos apresentou a teorias, autoras negras e autores negros até então anônimos. Um mundo se descortinou para nós cinco, embora o letramento racial não estivesse no mesmo nível para *todes*, e, no meu caso, modificou por completo não apenas meu hábito de leitura como também meu jeito de enxergar o mundo e as coisas dele que me atravessavam.

Foi a linha editorial do *Ceará Criolo*, pautada por/para/sobre pessoas negras, sem explorações sanguinolentas e retratando sempre o protagonismo de pretos e

pardos<sup>12</sup>, que conheci o conceito de racismo defendido por Almeida (2019) — e hoje questionado por Sodré (2023), que o entende agora como institucional e intersubjetivo em vez de estrutural. Deu-se também pelo portal meu encontro com a perspectiva interseccional de Crenshaw (2020) para compreender que a mulher preta está na base da pirâmide social por sofrer três opressões: de raça (por ser negra), de gênero (por ser mulher) e de classe (por ser pobre).

Graças ao CC repercutir só teorias e produções científicas de pessoas negras, tive a chance de conhecer a centralidade do debate acerca do lugar de fala que todos nós, negros ou não, temos e o quão fundamental é dele fazermos uso no debate sobre raça, pois a luta antirracista não é nem pode ser exclusividade do povo negro (RIBEIRO, 2020). Sem o portal, eu poderia sequer saber dos conceitos de Xavier (2021) e Gomes (2020) de como a beleza negra foi/é desfavorecida e demonizada. Do cabelo ao nariz; dos lábios à tez.

Por falar em pele, foi o *Ceará Criolo* quem me mostrou haver negros como eu, de pele não escura e de classe média que também sofrem racismo porque ascensão social e poder aquisitivo não blindam preto de racismo, assim como o movimento negro não deve, em nome de um pseudopuritanismo racial, abrir mão do capital político da população parda e que, como eu, também sofre preconceito (CARNEIRO, 2011). Nem por isso também pode cair na armadilha de mobilizar este mesmo argumento para justificar uma ideologia colorista de sermos miscigenados — e, portanto, iguais em direitos e possibilidades (DEVULSKY, 2021). Ou mesmo ignorar o papel que assume o pardo no debate sobre o Brasil, que oscila entre uma identidade negra e uma nacional (MUNANGA, 2020) no contexto de diáspora dos afrodescendentes filhos do Atlântico Negro (GILROY, 2012).

Implícita ou explicitamente, pelo meu intermédio ou dos/as demais componentes do coletivo, tudo isso virou matéria jornalística ou artigo de opinião no CC em algum momento. Porque era impossível ler “a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (KILOMBA, 2019, p. 14) e fazer de conta que não são as palavras (a língua, portanto) a matéria-prima do jornalismo. Assim como era inevitável escrever para o CC sobre serem as línguas a

<sup>12</sup> A classificação racial do Brasil considera a população negra como sendo formada por pessoas pretas (de pele escura) e pardas (de pele mais clara).

base do racismo (NASCIMENTO, 2019) e insistir na colonialidade do nosso falar/redigir em um português que é cúmplice do colonialismo.

Para nós, a escrita do *Ceará Criolo* era tal qual transgressão e cura, nos moldes do que hooks<sup>13</sup> (2017) teoriza quando se refere à educação e ao amor. Porque ali, afinal, mesmo diante de tantas dificuldades, ou exatamente por isso, o que nós escrevíamos era sobre resistir pelo poder transformador da informação. Sobre amor à nossa pertença racial, aos nossos antepassados, a um futuro bom (um afrofuturo). Era escrever sobre ser negro(a) compreendendo que “quando trabalho com palavras, entro num espaço que está além da raça” (HOOKS, 2022, p. 286). E, com isso, ver nascer na gente, em mim, o mesmo arcabouço teórico oferecido ao leitor. Oferta essa que nos mobilizou sobremaneira, acima de tudo quando da produção dos especiais.

Foi na elaboração das reportagens seriadas que mais nos desafiamos. Colocamos três delas “na rua”: uma em 20 de novembro de 2018, com menos de um mês de existência do portal, para mostrar que *O Ceará tem preto, sim* e na qual mapeamos, de forma inédita na imprensa cearense, as 85 Comunidades Remanescentes de Quilombo do Ceará; outra, em 5 de julho de 2019, chamada *Quilombo acadêmico*, para enaltecer a presença negra na universidade; e a mais recente, em 20 de outubro de 2019: *Vidas Negras Importam*, sobre saúde mental e prática suicida. Em todas, da primeira reunião de pauta à publicação da versão final do último texto, tudo tinha como prioridade o protagonismo negro.

As temáticas precisavam ter o povo negro como foco; as personagens tinham que ser negras, todas elas; os/as estudiosos/as também deveriam ser negros/as; qualquer que fosse o traço das ilustrações, ele deveria dialogar com a cultura negra ou remeter a temas dos movimentos negros; e, principalmente, a linguagem tinha de ser a mais escura possível: sem expressões datadas pelo racismo, em respeito às diversidades identitárias e alinhada às terminologias estabelecidas pelos arrojos sociais.

Sem dúvidas, *Vidas Negras Importam* foi o especial que mais nos exigiu atenção e energia. Primeiro pela temática. O suicídio ainda ser tratado enquanto tabu no

---

<sup>13</sup> N. do. E: Pseudônimo utilizado por Gloria Jean Watkins (1952-2021), intelectual feminista mundialmente reconhecida, *bell hooks*, grafado em letras minúsculas, foi criado devido ao posicionamento político da autora. Segundo ela, o pseudônimo teria como princípio uma recusa ao egoísmo intelectual. O objetivo era prestar mais atenção às ideias do que ao nome da autora. Em respeito ao objetivo da pensadora e para não fazer exatamente o oposto — ou seja, chamar mais a atenção para o nome —, mantivemos a grafia minúscula em todas as citações à autora no dossiê, exceto no início de frases e nas citações da ABNT entre parênteses.

jornalismo e não como um problema de saúde pública, com redações tendo ordens expressas da não publicação de notícias a respeito do assunto, aumentava a responsabilidade da decisão de tratar do tema. Este argumento, inclusive, foi mobilizado por uma das fontes para recusar-se a nos conceder entrevista. “Vocês vão estimular outras pessoas a se matar e eu não quero fazer parte disso”, alegou, antes de desligar. Ledo engano.

Ao fim de 14 textos, entre grandes reportagens e artigos de opinião, publicamos um especial não sobre morte. Já no primeiro *brainstorming*, a ideia era de que precisávamos falar sobre vida. Sobre as saídas para evitar o suicídio de uma população — a negra — que aquele material denunciava como sendo 85% das vítimas no Ceará. Não bastasse o projeto de estado genocida contra o povo negro há séculos em curso, nossa gente também tirava a própria vida. Nós, então, contribuiríamos para o debate a partir dos relatos de negros/as que haviam buscado auxílio especializado e das análises de profissionais da psicologia, da psiquiatria e de gestores/as dos serviços públicos os quais lidavam com uma estatística tão alarmante. Um dado com raça. A negra. A nossa!

Sem sequer citar o termo suicídio, o especial *Vidas Negras Importam* foi um dos vencedores do I Prêmio MPCE de Jornalismo, concedido pelo Ministério Público do Ceará, mesmo tendo como concorrentes portais de grandes redações, que dispõem de estrutura, pessoal e recursos financeiros, além de terem em seus quadros centenas de profissionais renomados e nacionalmente condecorados, muitos dos quais pagos só para produzirem reportagens. Realidade diametralmente oposta aos nossos malabarismos de toda ordem.

### **Cinco Anos Depois, O Fim?**

No agora em que escrevo, aos fins de abril de 2023, o portal e coletivo *Ceará Criolo* atravessa, talvez, sua pior fase. Por isso, os verbos utilizados até aqui não estão no tempo presente. Recorri ao passado até aqui de forma intencional, para só neste momento expor a atual — e real — conjuntura da plataforma, que em nada faz jus aos ideais de resistência e transformação social que a originaram, lá em 2018.

Com quase cinco anos de existência, o CC está com diferentes configurações de ordem produtiva e de como se compõe. Publica hoje uma irrisória quantidade de textos de autoria própria, tem em 95% do que leva ao ar material disponibilizado por assessorias de

comunicação, não trabalha o fator periodicidade e praticamente abdicou da presença nas redes sociais. Apesar de os perfis do Instagram e Twitter e a página do Facebook ainda existirem, atualizações não são feitas ou acontecem de forma descompassada. Além disso, o coletivo/portal sofreu deserções. Das cinco pessoas que o integravam de início e das várias outras que deram contribuições pontuais nesta primeira meia década, somente duas permaneceram: Rafael e eu. Até sermos uma dupla, houve quem saiu por preferir contribuir com a luta em trincheiras outras, quem criou sua própria mídia ou não mais viu a si num projeto cuja monetização era/é precária. E assim o foi/é não por falta de esforço.

Desde 2021, quando se pacificou internamente ser justo e necessário monetizar o capital sociopolítico do CC, incontáveis foram as buscas, por conta própria, por anunciantes, patrocinadores e parceiros. Mas quem investe em jornalismo antirracista na terra do mito da inexistência negra? E mais: se não há negros, não há racismo; logo, para que serve o antirracismo? Falar de uma fragilidade branca que apoia o racismo e que, mais do que não sermos racistas, é urgente sermos antirracistas (DIANGELO, 2020) soa a esses pretensos parceiros quase como uma ofensa pessoal, pois vivemos a era do daltonismo racial em um país no qual pratica-se racismo sem que racistas existam, embora “de um ponto de vista global, o racismo está historicamente ligado à formação das sociedades contemporâneas” (BONILLA-SILVA, 2020, P. 13).

Nem mesmo nossa tentativa de financiamento coletivo virtual, de fazer dos leitores parte da sustentabilidade financeira do *Ceará Criolo*, foi exitosa. Na verdade, só escancarou o mito da democracia racial, elaborado na década de 1930, ainda impregnado ao debate sobre relações raciais por pregar o racismo como algo irreal. Mesmo assim, não posso dizer que nesses cinco anos só tivemos prejuízos com a manutenção do CC ao quitarmos taxas periódicas de registro de marca, hospedagem em provedores de internet e compras de domínio. Convertemos sim alguns recursos. E três parcerias são responsáveis por isso.

A primeira delas deu-se com a Black AdNet, uma rede nacional de mídias negras e influenciadores negros que viabiliza junto a grandes marcas a veiculação de anúncios, publicitários e postagens pagas em sites e redes sociais. Derivaram daí — entre o fim de 2021 e o começo de 2023 — sociedades com Avon, TIM e O Boticário, além de convites do Nubank e Carrefour, dos quais declinamos diante dos episódios racistas

envolvendo as duas empresas<sup>14</sup>. Nenhum desses modelos de negócio, porém, nos foi rentável. O retorno quase sempre não passava de notas fiscais de dois dígitos.

As demais parcerias deram-se com o Google, tendo sido uma delas impossibilitada pela incompatibilidade entre as exigências do programa, descobertas somente a posteriori do início dos trabalhos, e o que era possível oferecer diante do número irrisório de dois membros com os quais o *Ceará Criolo* podia contar à época (2022). Dessa iniciativa, intitulada *GNI Startups Lab Brasil*, para a qual fomos escolhidos numa seleção nacional de projetos, nos vimos forçados a desistir, abrindo mão, assim, de receber R\$ 100 mil, caso tivéssemos concluído as ações (de cinco meses). Isso informa da dificuldade do modelo que uma mídia negra, antirracista e independente tem de estar até em espaços pensados e criados para o fomento dela própria.

No outro projeto, *Creators*, tínhamos previsão de participar de um ciclo remunerado por produção de conteúdos e fomos convidados a participar de outras duas rodadas. As três temporadas resultaram em cerca de R\$ 45 mil em um ano e meio de vigência dos contratos, o que representava R\$ 2,5 mil mensais igualmente divididos entre os três membros restantes do CC. Média de R\$ 833 para cada.

53

### Considerações Finais

Em resposta a produções próprias ou aos poucos conteúdos patrocinados, o *Ceará Criolo* colecionou nesta meia primeira década de vida, desde o primeiro dia até agora, um relicário de depoimentos valorosos. Foram/são recorrentes os testemunhos de leitores e seguidores que se identifica(r)am com alguma história narrada em reportagem/postagem ou mesmo de gente que, devido a um texto por nós publicado, descobriu familiares negros ou quilombolas noutras cidades.

Situações assim suscitam esperanças de o projeto não acabar. Não sabemos, agora somente eu e Rafael (mas mais Rafael do que eu, é verdade), até quando. Entretanto, ao fim e ao cabo, para além da utopia de um mundo mais justo, é essa devolutiva do leitor que não nos deixa desistir. É nesse tipo de experiência que a gente se fia e sente como as mídias negras rompem, sobretudo, com o que ouvi Xico Sá tipificar de

---

<sup>14</sup> Em outubro de 2020, a cofundadora da Nubank, Cristina Junqueira, afirmou ter "dificuldade de encontrar candidatos negros adequados para as exigências das vagas na empresa". Em novembro do mesmo ano, Alberto Freitas, um homem negro, foi espancado e morto por asfixia por seguranças de uma loja Carrefour em Porto Alegre (RS).

“jornalismo hereditário”, aquele feito pelas mesmas famílias e que parasita corpos negros desde 1808, quando o primeiro jornal, burguês, circulou no Brasil, e diuturnamente nos vilipêndia.

Fazer parte de uma plataforma como o CC é viver na prática a possibilidade de posicionar-me enquanto sujeito subalternizado, por mais que o mundo me imponha que não devo nem posso falar justo pela subalternização a mim compulsoriamente justaposta (SPIVAK, 2010). É evitar que a nossa gente seja submetida ao monopólio de ser retratada só, e somente só, a partir da excepcionalidade, como se não houvesse potência e beleza no que não é tido como sujeito universal.

Compor um portal preto é se colocar como parte, por menor que seja, da grande luta pelo fim da branquitude, essa pertença étnico-racial atribuída ao branco e que a ele garante a propriedade de privilégios simbólicos e materiais (CARDOSO, 2017) diante dos demais indivíduos de uma sociedade. É compreender-se como ponto de inflexão por provar como o olhar jornalístico de respeito às subjetividades é tão exequível para pessoas negras quanto o é para pessoas brancas. É que insistir nessa subversão força a grande mídia a abandonar o “jornalismo de efeméride”, aquilo que chamo de reportagens de cunho positivo escritas apenas em datas comemorativas do tipo 20 de novembro, para coberturas de temas de real interesse do povo negro.

Sentimos isso de forma muito explícita nas eleições municipais de 2020, quando o CC foi o único portal do Ceará a denunciar candidatos brancos cuja autodeclaração racial misteriosamente mudou para preto/pardo (ou vice-versa) de um pleito para o outro, bem como ignoravam o tema raça nos seus planos de governo à Prefeitura de Fortaleza, e, diante da grande repercussão do material principalmente nas redes sociais, a imprensa convencional viu-se forçada a fazer o mesmo.

Viver isso foi como produzir fagulhas criativas (DAVIS, 2016) e ter a chance de confrontar o discurso colonial branco para, de pronto e de maneira intencional enaltecer a negritude como modo de viver além do biológico. Porque “é um despertar, e um despertar da dignidade. É um rechaço, e um rechaço da opressão. É um combate, e um combate contra a desigualdade” (CÉSAIRE, 2022, p. 216). E deve-se fazer isso desde o chão do terreiro. Do tambor e do pensar nagô, que produzem filosofia negra (SODRÉ, 2017).

“O lixo vai falar, e numa boa” (GONZÁLEZ, 2020, p. 78) me parece a máxima que melhor exprime a exclusão imposta às mídias negras e mais nos representa enquanto categoria que resiste pelas palavras, dado sermos nós, pessoas negras, aquelas as quais,

o hospício, a repressão policial e a vida precária. Mas acredito ser por delas, pelas palavras, que vamos, ao menos no *ethos* jornalístico, conseguir desafiar um acordo tácito há décadas diagnosticado como “pacto narcísico da branquitude” (BENTO, 2022) e que julgo também presente na rotina de produção noticiosa, mas ainda carece de estudos, tamanha a insuficiência de grupos de pesquisa formalmente instituídos para uma produção científica que correlacione branquitude e jornalismo.

O Ceará, por exemplo, não dispõe de nenhum fórum sobre o assunto. A preço de hoje, o máximo que existe é um grupo de alunos que se autointitula *Retomada* e de maneira esporádica trata a questão. Não creio, contudo, ser fruto do acaso a relação entre todas as grandes redações brasileiras terem como gestores exclusivamente pessoas brancas<sup>15</sup> e o racismo engendrado pelo jornalismo brasileiro, especificamente o antinegro, com o qual as empresas de comunicação (de/por/para pessoas brancas) nos bombardeiam diariamente.

## Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, V. T. **O que é a imprensa negra**: diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil. Florianópolis: Editora Insular, 2021.

BENTO, M. A. S. **O pacto da branquitude**. São Paulo : Companhia das Letras, 2022.

BONILLA-SILVA, E. **Racismo sem racistas**: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Perspectiva, 2020.

BORGES, R. Mídias, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: CORRÊA, L. G. (org.). **Vozes negras em Comunicação**: mídias, racismos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRITO, B. C. **Tudo o que nós tem é nós**: um estudo sobre narrativas negras do jornalismo brasileiro. Tese/Dissertação (Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia) -

---

<sup>15</sup> Levantamento feito pelo Reuters Institute for the Study of Journalism. Disponível em: <https://bit.ly/3PHvTxE>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UFC e Unilab, Fortaleza, 2022.

CARDOSO, L.; MÜLLER, T. M. P. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, A. **Textos escolhidos**: A tragédia do rei Christophe; Discurso sobre o colonialismo; Discurso sobre a negritude. Tradução de Sebastião Nascimento. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. Tradução de Paula Granato e Gregório Benevides. In: MARTINS, A. C. A.; VERAS, E. F. **Corpos em Aliança**: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIANGELO, R. J. **Não basta não ser racista**: sejamos antirracistas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, H. Negros e negras cearenses, afirmo sua existência! **Ceará Criolo**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NSBqjY>. Acesso em: 23 abr. 2023.

GILROY, P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. rev. amp.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, L. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática libertadora. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

- HOOKS, B. **Escrever além da raça**: teoria e prática. São Paulo: Elefante, 2022.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.
- MOREIRA, A. J. **Pensando como um negro**: ensaio de hermenêutica jurídica. São Paulo: Contracorrente, 2019.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. rev. amp.; 2. reim. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- OLIVEIRA, D. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.
- PINTO, A. F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- SANTOS, T. V. A. **Desigualdade racial midiática**: o direito à comunicação exercido e o direito à imagem violado. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SANTOS, Y. L. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.
- SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- TRINDADE, L. V. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.
- XAVIER, G. **História social da beleza negra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

**Submissão**: 26 de abr. 2023

**Aceite**: 21 de jun. 2023.